

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

**Perfil, evolução e perspectivas
do ensino e da pesquisa em
Arquivologia no Brasil**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

Salvador
EDUFBA
2015

2015, autores.
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1991, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, Projeto Gráfico e Editoração
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Revisão
Vera Maria Nazareth Andrade Chaoui

Normalização
Sandra Batista / Maria Raquel Gomes Fernandes

Sistema de Bibliotecas – UFBA

P434 Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil / Maria Teresa Navarro de Britto Matos... [et al.]. (Org.); prefácio de Heloisa Liberalli Bellotto – Salvador : EDUFBA, 2015.
575 p. : il.

Textos apresentados na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no campus Ondina na Universidade Federal da Bahia, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ).

ISBN 978-85-232-1417-3

1. Arquivologia – Estudo e ensino – Brasil. 2. Arquivologia – Currículos – Avaliação. 3. Arquivos – Tecnologia - Tratamento. I. Matos, Maria Teresa Navarro de Britto. II. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). III. Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). IV. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). V. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. VI. Título.

CDD – 020
CDU –025.171

Editora filiada a



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

9 Prefácio

Heloísa Liberalli Bellotto

11 Apresentação

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá

Aurora Leonor Freixo

Parte 1 – Ensino em Arquivologia

17 Los nuevos paradigmas de la archivística y sus implicaciones en la formación y en la investigación

Maria Manuela Moro Cabero

41 Formação em Arquivologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

Carlos Alberto Araújo

61 Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras

Flávia Helena Oliveira

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

75 Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil

Welder Antônio Silva

Cíntia Chagas Arreguy

Leandro Negreiros

97 A revisão curricular na Arquivologia da UFSM como resultado da avaliação do ensino

Fernanda Kieling Pedrazzi

Rafael Chaves Ferreira

Sonia Elisabete Constante

113 A competência informacional e o desempenho acadêmico de estudantes de Arquivologia

Ivone Guerreiro Di Chiara

Linete Bartalo

Miguel Luiz Contani

- 133 **Blogs em Arquivologia: ferramentas de ensino-aprendizagem ou componentes do ato pedagógico?**
André Porto Ancona Lopez
Rodrigo Fortes Ávila
- 151 **O perfil dos arquivistas egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): percurso metodológico da pesquisa**
Solange Machado de Souza
- 167 **O cenário da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
José Maria Jardim
- 185 **A pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
Solange Machado de Souza
- 207 **Gestão de documentos: capacitação de agentes públicos do Poder Executivo Federal**
Djalma Mandu de Brito

Parte 2 – Comunicação científica e Arquivologia

- 227 **A comunicação científica, o acesso, a construção e o custo do conhecimento**
Sandra Lúcia Rebel Gomes
- 245 **A Reparq e a proposta de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia no cenário arquivístico brasileiro: balanço e perspectivas**
Cyntia Roncaglio
- 259 **O currículo Lattes como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico na Arquivologia**
Leandro Coelho de Aguiar
Renata Regina Gouvêa Barbalho
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Parte 3 – Arquivos, Arquivologia e Administração Pública

- 279 **Desafios e perspectivas de implementação da lei de acesso à informação no âmbito da Administração Pública Federal**
Paola Rodrigues Bittencourt
- 299 **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**
Ana Celeste Indolfo

- 317 Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira**
Brenda Couto de Brito Rocco
- 335 O patrimônio arquivístico brasileiro em perigo: mapeamento de atos lesivos e levantamento das ações adotadas pelo estado**
Cristiane Basques
Georgete Medleg Rodrigues
- 349 O lugar do arquivo: um levantamento na legislação de Minas Gerais, 1994-2011**
Renato Pinto Venâncio
- 365 Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro**
Anna Carla Almeida Mariz
Thiago de Oliveira Vieira

Parte 4 – Arquivos e Tecnologias

- 387 A aplicação da taxonomia no software de descrição arquivística ICA-AToM**
Daniel Flores
Débora Flores
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues
- 403 Acesso e preservação do patrimônio arquivístico documental: um repositório digital para o Diário de Classe**
Sérgio Renato Lampert
Daniel Flores
- 423 Metadados para preservação e segurança do Diário de Classe eletrônico da UFSM**
Débora Flores
Dulce Elaine Saul da Luz
Raul Ceretta Nunes
- 441 O banco de dados sob um olhar arquivístico através da Ciência da informação – comunicação, informação e conhecimento**
Gilberto Fladimar Rodrigues Viana
Telma Campanha de Carvalho Madio
- 457 A web 2.0 e as instituições arquivísticas nacionais de países de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa**
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira
Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Parte 5 – Organização e Tratamento de Acervos

- 479 Metodologia para levantamento tipológico em arquivos pessoais de cientistas**
Márcia Cristina Duarte Trancos
Maria Celina Soares de Mello e Silva
- 495 Descrição e acesso ao patrimônio documental da UFSM: o Campus Avançado de Roraima**
Camila Poerschke Rodrigues
Daniel Flores
Sérgio Renato Lampert
- 513 Arquivo como instrumento: da gestão de atividades pessoais a ponto de referência de memórias coletivas – um olhar sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**
Bruno Ferreira Leite
João Marcus Assis
- 525 Uma relação distante: análise sobre a utilização de métodos bibliométricos / quantitativos pela Arquivologia**
Roberto Lopes dos Santos Júnior
- 541 Os arquivos da Biblioteca Nacional: contribuições para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a construção de uma rede de informações científicas**
Carlos Henrique Juvêncio
Georgete Medleg Rodrigues
- 555 A noção de ramificação dos documentos arquivísticos: o exemplo dos fundos relacionados à Guerrilha do Araguaia**
Shirley Carvalhêdo
- 573 Recomendações e moções**

Prefácio

A demonstração da consolidação de uma área do conhecimento que se pretende conjunção de saber e de profissão, carreando em seu entorno todos os elementos vitais à sua existência e desenvolvimento, dá-se quando essa área é capaz de demonstrar que está habilitada a ter e a manter uma identidade própria, que a torne inconfundível e única.

A Arquivologia no Brasil, como área de saber universitário e de profissão inequívoca, ao aproximar-se de seu cinquentenário de existência como tal, parece ter finalmente chegado a essa consolidação. No decorrer desse tempo tem-se assistido paulatinamente ao desenvolvimento e enraizamento de uma “ciência” que vai produzindo seus frutos como área do saber e como profissão. Pesquisas em andamento, resultados de pesquisas aplicadas a arquivos, aperfeiçoamento metodológico e prático, formação consistente de novos profissionais, educação contínua para os já experientes na área – esse é o panorama atual, não obstante o difícil momento pelo qual passa o país.

Participei desta III Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) na qualidade de ministrante de *workshop* sobre o preparo didático dos professores de Arquivologia, o que me proporcionou a possibilidade de assistir à maioria das sessões e pude acompanhar a pertinência e a acuidade dos trabalhos apresentados. A soma das informações ali divulgadas e discutidas apresenta um rico panorama para melhor compreender-se esse momento do panorama arquivístico no Brasil. A publicação dos trabalhos ali apresentados é um precioso presente que a Editora da Universidade Federal da Bahia, com o apoio financeiro da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, ora nos proporciona.

Esta coletânea, na verdade, representa um quadro que demonstra o amadurecimento a que chegaram os cursos universitários da área: o entrosamento entre professores, mestrandos e doutorandos na apresentação de suas pesquisas, reflexões e perplexidades. São desafios a enfrentar, com ênfase, como seria de se esperar, nos novos paradigmas para o ensino e a pes-

quisa; na discussão da formação no que concerne às necessidades curriculares em um mundo tão cambiante como o presente; na produção, acesso, uso e guarda dos documentos digitais.

De um lado, nas organizações, o momento é de mudanças reclamadas pela tecnologia, pela competitividade e pelos ambientes no mercado global, tudo isso a exigir profundas mudanças nos sistemas de informação, nos quais se inserem os arquivos; de outro lado, os governos em escala mundial, vêem-se diante das transformações nos sistemas burocráticos e diante da necessidade gritante de transparência administrativa demarcada pela força da cidadania. Tudo isso exigindo mais e mais a modernização e atualização dos sistemas arquivísticos. Exigindo, portanto, inovações, e essas, só serão eficazes se baseadas em pesquisas e estudos que as construam e desenvolvam, resultando em projetos concretos. Assim, cresce a demanda por professores capazes de formar profissionais habilitados para tanto. E o panorama apresentado por esta III Reparq demonstra que estamos no caminho certo.

Os trabalhos ora reunidos nessa coletânea vem justamente contribuir para satisfazer essa demanda de novos paradigmas teóricos e metodológicos que respondam à aquela desafiadora demanda. O conteúdo desses trabalhos pode trazer respostas aos desafios profissionais que diariamente recebem os arquivistas – e cada vez mais.

Em boa hora o Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia propõe-se a publicar os resultados da III Reparq, resultados esses que certamente iluminarão futuros caminhos da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.

São Paulo, 15 de setembro de 2015

Heloísa Liberalli Bellotto
Universidade de São Paulo. SP

Apresentação

A coletânea *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil* reúne os resultados de pesquisas apresentadas na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), realizada pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia na cidade de Salvador, Bahia, no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no Campus Ondina, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Pesquisas em fase de desenvolvimento e/ou concluídas, empreendidas por docentes, discentes (mestrandos e doutorandos) e pesquisadores da área vinculados a universidades e demais instituições dedicadas à pesquisa. Entende-se que publicar resultados de pesquisa é tão importante quanto a própria pesquisa e corresponde a uma das funções sociais da ciência.

Este livro parte do pressuposto de que a institucionalização da Arquivologia, como campo acadêmico-científico, no Brasil, encontra-se em processo de consolidação, devido às conquistas em âmbito nacional e, também, pela própria afirmação da área, na esfera internacional. Entre os anos de 1977 e 2012, o ensino universitário da Arquivologia, na graduação, vem se expandido e conquistando identidade própria. Totalizam, no momento, 17 cursos de graduação, todos ministrados por universidades públicas federais e estaduais, distribuídos nas 5 regiões geopolíticas do Brasil. Da mesma forma, são vários os indicadores do crescimento da pesquisa em Arquivologia nas universidades, instituições arquivísticas e outras organizações. Contudo registrava-se a ausência de mestrado e doutorado em Arquivologia, o que motivou uma demanda dos profissionais da área junto a programas de pós-graduação em Ciência da Informação, História, Administração, Educação e Engenharia de Produção. O ano de 2012 se apresentou como marco significativo na história da Arquivologia brasileira, quanto à pós-graduação, por meio da criação do primeiro curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Uma ação oportuna e de significado valioso quanto aos futuros caminhos da Arquivologia, sob as perspectivas do Plano Nacional de Educação (2011-2020), do Plano

Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) e do incremento de políticas públicas de fomento a pesquisa e à inovação.

A evolução dessa trajetória possibilita a demarcação da área conquistada pela Arquivologia junto às demais ciências, além de subsidiar a construção de uma consciência coletiva da comunidade arquivística no Brasil, representada por discentes, docentes e pesquisadores. Nesse contexto de grande significado para a Arquivologia, cabe ressaltar que a presente coletânea se constitui de 31 textos produzidos por 50 autores, comprometidos em dar ênfase às questões estratégicas de interesse para a Arquivologia brasileira, no século XXI. Importante registrar, também, que os referidos textos foram todos apresentados, enquanto conferências e comunicações orais de pesquisa, no âmbito da III Reparq.

A Reunião contou com o honroso apoio dos seguintes órgãos de fomento à pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Embora com um eixo comum, considerando a abrangência dos temas objeto dos textos produzidos, optou-se por agrupá-los em 5 partes: “Ensino em Arquivologia”; “Comunicação Científica em Arquivologia”; “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”; “Arquivos e Tecnologias” e “Organização e Tratamento de Acervos”. Soma-se, ainda, a publicação das Recomendações e Moções aprovadas na Plenária de Encerramento da III REPARQ.

A primeira nos remete ao “Ensino em Arquivologia”. Destaca questões relativas aos novos paradigmas e a formação em Arquivologia: grade curricular; competências e desempenho acadêmico de estudantes; perfil de egressos; pós-graduação *lato e stricto sensu*; capacitação de agentes públicos e, ferramentas de ensino-aprendizagem.

“Comunicação Científica em Arquivologia”, tema da segunda parte, trata da comunicação científica, do acesso, da construção e do custo do conhecimento; da proposta de criação de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, além do currículo *Lattes* como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico.

A terceira, “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”, apresenta os desafios no âmbito da administração pública brasileira em relação às perspectivas da implementação da Lei de Acesso à Informação; as dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos; a gestão de documentos arquivísticos digitais; o mapeamento de atos lesivos ao patrimônio arquivístico e das ações do Estado; o lugar do arquivo na legislação e, os documentos especiais custodiados por instituições arquivísticas públicas.

A quarta, “Arquivos e Tecnologias”, refere-se à aplicação da taxonomia no *software* de descrição arquivística ICA-AtoM; o banco de dados sob um olhar arquivístico; repositórios digitais; e a *web 2.0* e instituições arquivísticas.

“Organização e Tratamento de Acervos”, quinta parte, registra a discussão em torno do levantamento tipológico em arquivos pessoais; da descrição e acesso ao patrimônio documental; da gestão de atividades pessoais; da análise sobre a utilização de métodos bibliotecnômicos / quantitativos; dos arquivos da Biblioteca Nacional; e da noção de ramificação dos documentos arquivísticos.

Nossos agradecimentos à Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) cujo apoio foi decisivo para tornar possível a publicação deste livro, sob a honrosa chancela da FAPESB. Assegurando, portanto, a divulgação e a socialização das pesquisas apresentadas durante a III REPARQ. O conhecimento publicado confere a base essencial com vistas ao fortalecimento de uma cultura científica na área de Arquivologia.

Salvador, Bahia, março de 2015.

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo

Gestão de documentos: capacitação de agentes públicos do Poder Executivo Federal

Djalma Mandu de Brito

Esta comunicação visa relatar a experiência da pesquisa, ora em andamento, no mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na linha de pesquisa **Arquivos, Arquivologia e Sociedade**, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa diz respeito à capacitação de agentes públicos do Poder Executivo Federal.

A importância em se promover a capacitação para os profissionais que atuam em serviços de arquivo é um aspecto já apontado por diversos pesquisadores sobre a Arquivologia. Dentre estes, podemos citar Jardim (2003, p. 37, grifo nosso):

O empreendimento arquivístico requer a construção de uma ordem informacional que *pressupõe profissionais especializados*, infra-estrutura material, conhecimento técnico-científico e gerenciamento adequado de todos esses recursos.

A opção em realizar esta pesquisa se deve ao fato da relevância do assunto: a necessidade de fomentar a capacitação em gestão de documentos para os agentes públicos que atuam nos serviços de arquivo do Poder Executivo Federal. Na revisão de literatura realizada, identificou-se que a capacitação profissional em gestão de documentos voltada para a Gestão Pública, embora algumas vezes abordada, tem sido pouco pesquisada academicamente. Os pesquisadores têm dado enfoque à formação acadêmica dos arquivistas ou a assuntos correlacionados, o que é primordial para a Arquivologia. Todavia, Hernández e colaboradores (2012, p. 35, grifo nosso) assinalam que:

Enquanto professores se direcionam às questões de índole teórica, os profissionais direcionam sua atenção em aspectos de caráter mais práticos. Stephenson, inclusive, *apontaa diferente motivação que leva a uns e a outros a publicar*: os pesquisadores o fazem para satisfazer exigências acadêmicas, já os profissionais, para encontrar resultados que contribuam para a melhoria de sua prática profissional.

De acordo com Hernández e colaboradores (2012), as pesquisas direcionadas para aspectos práticos visam encontrar resultados para questões da Arquivologia voltadas para a prática diária no seu âmbito profissional. Uma destas questões está contida nesta pesquisa, que parte do pressuposto de que existe a necessidade de se fomentar a capacitação em gestão de documentos para os agentes públicos que atuam nos serviços de arquivo (inclusive com gestão de documentos) da Administração Pública, mas que não detém a formação acadêmica de nível superior em Arquivologia; ou possuem graduação de nível superior em outras áreas que não a Arquivologia; ou graduados nessa área, que necessitam de atualização profissional.

Conforme afirma Jardim (1999, p. 23), a falta de capacitação repercutiria diretamente na qualidade das atividades desenvolvidas nos serviços de arquivos, uma vez que os profissionais que atuam nesses serviços precisam receber capacitação sistematizada, contínua, atualizada – observando a teoria e a prática arquivística, nessa última incluída a legislação em vigor, que devem estar contidas dentro de um padrão de gestão da informação.

A prática arquivística à qual nos referimos diz respeito às atividades técnicas de gestão de documentos, que norteiam o arquivista no desenvolvimento de suas atribuições. Os serviços de arquivos apontados neste projeto de pesquisa são os existentes nos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA), da Administração Pública Federal. Assim, o campo empírico da pesquisa é o Poder Executivo Federal, área estratégica do Estado Brasileiro.

Já no final da década de 1980, Cox (apud ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 255) ponderava que: “Toda a profissão se baseia no conhecimento da prática e da teoria.” No tocante à prática nos serviços de arquivos no Brasil, merece destaque o fato da inexistência de cursos voltados para a formação de técnicos em arquivos, embora os mesmos estejam previstos na Lei nº 6.546,¹ de 4 de julho de 1978, conforme destaca Lopez. (2012, p. 183)

A atividade da pesquisa tem sido desenvolvida realizando-se a pesquisa quantitativa conjugada à pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo e Sanches (1993). Desta forma, a proposta da pesquisa é a realização de um levantamento das principais transformações do

1 A Lei n.º 6.546, de 1978 dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.

panorama da Administração Pública Federal, ocorridas após o SIGA ter sido implementado, no ano de 2003. Optou-se por realizar a pesquisa a partir do ano de 2004, ano seguinte à publicação do Decreto n.º 4.915,² de 2003, que dispõe sobre a implementação do SIGA, uma vez que este dispositivo legal entrou em vigor em meados de dezembro de 2003, e estabeleceu as atribuições e responsabilidades dos integrantes do SIGA e do Arquivo Nacional, como o seu órgão central.

Serão levadas em consideração as demandas do Sistema e seu universo, como a abertura de muitos concursos para arquivistas e técnicos de arquivos no Poder Executivo Federal, a criação de ministérios e o aumento da oferta dos cursos de graduação (GAK, BELESSE; GOMES, 2012), por meio do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A partir do ano de 2007 ocorreu o aumento da oferta de cursos de graduação em Arquivologia, com a criação de sete novos cursos em universidades federais (FLORES; PEDRAZZI; RODRIGUES, 2012, p. 167), perfazendo o total de dezesseis cursos públicos no Brasil. Essas transformações têm demandado por cursos de capacitação, visando harmonizar os procedimentos de gestão de documentos no âmbito do Poder Executivo Federal.

As análises da pesquisa têm como data-limite o ano de 2012, com a entrada em vigor da Lei n.º 12.527, de novembro de 2011, a Lei de Acesso a Informações. O produto dessas análises deverá ser um programa de capacitação em gestão de documentos, a ser implementado com o uso da modalidade Educacional a Distância (EAD), visando os agentes públicos (servidores e empregados públicos) dos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, integrantes do SIGA.

Justificativa para um programa de capacitação em gestão de documentos

Outro aspecto a destacar é a opção por abordar, especificamente, a capacitação em gestão de documentos, uma vez que a efetiva realização da mesma seria um dos fatores que visam garantir a cidadania, ao assegurar ao cidadão o cumprimento de deveres e de ter respeitado os seus direitos. A gestão de documento é obrigação do Estado Brasileiro, disposta no § 2º, do Art. 216, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. Por seu turno, o Art. 1º, da Lei n.º 8.159, de 1991, destaca a responsabilidade do Poder Público em implementar a gestão de documentos.

2 O Decreto n.º 4.915, de 2003 dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo- SIGA, da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

De acordo com a legislação federal, cabe ao Estado Brasileiro o cuidado e a organização do acervo documental sob sua responsabilidade. Para cumprir os dispositivos legais, há necessidade de que os acervos públicos estejam organizados de acordo com os preceitos legais, com os procedimentos e as técnicas arquivísticas existentes. Nesse aspecto, os agentes públicos que trabalham nos serviços de arquivos precisam ser continuamente capacitados. Jardim (1999, p. 154), já na década de 1990, apresentava uma visão panorâmica desse universo, expondo informação obtida pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), da precariedade do quantitativo de servidores públicos por ministério, que contava com uma média de 8,5 servidores por ministério, envolvidos com a gestão da informação arquivística. Uma situação grave, considerando-se que na época existiam poucas perspectivas para a formação em Arquivologia e os cursos de capacitação em arquivos eram raros.

Informações constantes no sítio eletrônico do SIGA³ na rede mundial de computadores, no mês de abril de 2012, dão conta de que dos trinta e sete ministérios e órgãos equivalentes existentes no Brasil, trinta e um possuem Subcomissão de Coordenação do SIGA. De acordo com o Decreto n.º 4.915, de 2003, cabe a essas Subcomissões proporcionar aos servidores que atuam na área de gestão de documentos de arquivo a capacitação e o aperfeiçoamento, visando garantir constante atualização profissional nessa área. Considerando-se que em cada ministério deve existir, pelo menos, um serviço de arquivo, estima-se que há um quantitativo considerável de agentes públicos que necessita de capacitação em gestão de documentos.

Nesse sentido, a articulação de um programa de capacitação pressupõe a existência de uma política pública de arquivos, que preveja a integração do órgão central do SIGA e as Subcomissões de Coordenação.

Entende-se que a implementação de um programa de capacitação em gestão de documentos na modalidade a distância se justificaria diante da demanda que a Administração Pública apresenta já há bastante tempo, a carência de cursos nesse âmbito e, principalmente, das implicações que a falta de capacitação traz aos conjuntos documentais produzidos e recebidos pelo Poder Público, conforme já apontado anteriormente. Lopez (2012, p. 193) entende que uma das soluções para o Brasil seria incrementar a formação continuada, uma vez que, na maioria dos setores-chave da sociedade brasileira o problema principal residiria na falta de profissionais com conhecimento básico sobre arquivos.

A legislação brasileira dispõe sobre a responsabilidade do Estado Brasileiro no que se refere ao cuidado e à organização do acervo documental sob sua custódia. Para que os acervos públicos estejam organizados de acordo com os preceitos legais e com as técnicas de gestão de documentos existentes, é necessário oferecer capacitação contínua (aí incluídos o

3 Disponível em: <www.siga.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2012.

treinamento em serviço, a reciclagem e o aperfeiçoamento profissional) aos servidores e empregados públicos que atuam nos serviços arquivísticos, especialmente no que tange à gestão de documentos.

No âmbito do Poder Executivo Federal, o Arquivo Nacional⁴ é o órgão central do SIGA e, como tal, possui a atribuição legal de “estimular e promover a capacitação, o aperfeiçoamento, o treinamento e a reciclagem dos servidores que atuam na área de gestão de documentos de arquivo”, de acordo com o disposto no Decreto n.º 4.915, de 12 de dezembro de 2003.

Conforme já apontado anteriormente, no sítio eletrônico do SIGA,⁵ no mês abril de 2012, encontravam-se informações da existência de trinta e sete ministérios e órgãos equivalentes (secretarias com *status* de ministério) no Brasil. Desse total, trinta e um ministérios possuem Subcomissão de Coordenação do SIGA. Uma das atribuições dessas Subcomissões, de acordo com o disposto no Decreto n.º 4.915, de 2003, é “proporcionar aos servidores que atuam na área de gestão de documentos de arquivo a capacitação, o aperfeiçoamento, o treinamento e a reciclagem garantindo constante atualização”. Destacamos que integram o SIGA os órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, sejam eles da Administração direta ou indireta.

O programa de capacitação a distância em gestão de documentos a ser proposto poderia atender à parcela das necessidades de capacitação na área de arquivos da APF, com a mesma qualidade que um curso presencial proporciona. (GAK; BELESSE; GOMES, 2012)

Por meio da EAD podem ser criados cursos que dispensam, em parte, a frequência a uma sala de aula física (semi-presenciais), ou mesmo cursos que dispensam no todo a presença física de professores e alunos. A EAD consegue alcançar um público que a modalidade de ensino presencial, por seus meios tradicionais, não consegue alcançar. Russo, Fonseca e Barbalho (2012, p. 2) destacam que a EAD tem sido assumida como política pública do governo federal, que a tem fomentado por meio da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Outro fator a considerar foi o crescimento da oferta de concursos públicos para arquivistas e técnicos de arquivos, principalmente nos últimos dez anos. Esse aspecto potencializou a necessidade de se realizar a capacitação em gestão de documentos para estes servidores ou empregados públicos recém-concursados. Crockett e Foster⁶ (2008, p. 6) afirmam que não é fácil encontrar “[...] para instrutores e educadores do ramo de gestão de arquivos e documentos, meios formais de aprender as técnicas necessárias para ensinar”.

4 Órgão integrante do Poder Executivo Federal, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça.

5 Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

6 A publicação de Crockett e Foster foi traduzida para o português por Luiz Cleber Gak, Igor Gak e Julia Belesse, que tiveram a oportunidade de apresentá-la no XVI Congresso Internacional de Arquivos, em Kuala Lumpur – Malásia, no ano de 2008.

Torna-se necessário promover essa capacitação, visando que os agentes públicos sejam multiplicadores, de modo que estejam habilitados para atuar como instrutores em gestão de documentos, e, por sua vez, possam capacitar outros profissionais, disseminando o conhecimento na área. Reforçando a importância da proposta de capacitação, Lopez (2012, p. 190) afirma que o aprimoramento continuado ocorre por meio da realização de cursos de curta duração, que são dedicados a tópicos pontuais das atividades arquivísticas.

Nesse sentido, as universidades exercem papel preponderante, uma vez que a formação técnica prevista nas normatizações legais inexistente. (LOPEZ, 2012, p. 191) Além da carência da formação, as TIC têm apresentado desafios no que tange à administração dos serviços de arquivos, por conta dos documentos digitais e das técnicas diferenciadas para a manutenção e preservação dos mesmos. (SANTOS, 2009, p. 177)

A pesquisa tem como objetivo geral elaborar um programa de capacitação em gestão de documentos para os órgãos ou entidades integrantes do SIGA, a ser realizado por meio EAD. Como objetivos específicos, temos:

- Identificar, na literatura, o estado da arte em EAD voltada para a capacitação de agentes públicos (servidor ou empregado público);
- analisar as principais transformações pelas quais a APF passou, entre os anos de 2004 a 2012, tais como a implementação do SIGA, a criação de ministérios, a criação de novos cursos de Arquivologia em universidades públicas e a abertura de concursos públicos para arquivistas e para técnicos de arquivos;
- analisar o perfil do agente público que trabalha em serviços de arquivos dos órgãos ou entidades integrantes do SIGA, visando identificar o perfil desse público.

Pressupõe-se que a capacitação de servidores do Poder Executivo Federal que atuam em serviços de arquivos, em específico com gestão de documentos, embora prevista em dispositivo legal (Inciso V, Art. 4º, do Decreto n.º 4.915, de 12 de dezembro de 2003), não teria sido, até então, efetivamente implementada pelo SIGA. As exceções correriam por conta dos Encontros Técnicos dos Integrantes do SIGA, que ocorrem em Brasília no intervalo de dois em dois anos, com duração média de três dias e que visam fomentar a disseminação e a harmonização de procedimentos técnicos em gestão de documentos entre os diferentes órgãos ou entidades integrantes do Sistema. De acordo com Indolfo (2008, p. 135), no ano de 2006 foram capacitados quatrocentos e cinquenta e nove servidores. Destaque-se que a solicitação por capacitação nos serviços arquivísticos é um assunto que se encontra presente em todas as Recomendações e Moções dos Encontros Técnicos dos Integrantes do SIGA, conforme informações constantes no Quadro 1:

Quadro 1 – Encontros Técnicos dos Integrantes do SIGA

Ano/Encontro	Recomendações e Moções	Demanda
2006 (I Encontro Técnico)	item 5	Que a Comissão de Coordenação do SIGA estabeleça um Programa de Capacitação Continuada dos servidores que atuam nos diversos serviços arquivísticos do Governo Federal com vistas ao aprimoramento das atividades de gestão documental no âmbito dos ministérios e órgãos equivalentes do Poder Executivo Federal;
2008 (II Encontro Técnico)	item 5	Que a Comissão de Coordenação do SIGA assuma o compromisso de: estabelecer um Programa de Capacitação Continuada para os servidores que atuam nas áreas de Gestão de Documentos dos diversos serviços arquivísticos do Governo Federal, com vistas ao aprimoramento de suas atividades;
2010 (III Encontro Técnico)	alínea b, do item 3	b. estabelecer um Programa de Capacitação Continuada para os servidores que atuam nas áreas de Gestão de Documentos dos diversos serviços arquivísticos do Governo Federal, com vistas ao aprimoramento de suas atividades;
2012 (IV Encontro Técnico)	na alínea a, do item 4	4. Que o Arquivo Nacional, órgão central do SIGA, assumo o compromisso de: a. Oferecer um Programa de Capacitação Continuada, nas modalidades presencial e a distância, com o objetivo de formar servidores que atuarão como multiplicadores, na área de gestão de documentos dos diversos serviços arquivísticos da Administração Pública Federal;

Fonte: elaborado pelo autor.⁷

Pressupõe-se que a falta de investimento por parte do Estado Brasileiro em capacitação dos agentes públicos que atuam com a gestão de documentos no Poder Executivo Federal poderia comprometer a efetiva implementação dos dispositivos legais referentes à Lei de Acesso a Informações. A respeito da questão complexidade das atividades desenvolvidas pelos profissionais que trabalham com gestão de documentos, Indolfo(2007, p. 33, grifo nosso) afirma que:

A complexidade de sua estruturação e, conseqüentemente, as dificuldades de sua compreensão advêm da questão que tanto a classificação como avaliação de documentos requerem, dos agentes públicos que vão aplicar esses instrumentos, conhecimentos do fazer arquivístico, além do domínio da estrutura e funcionamento, e também, da evolução histórica dos órgãos da administração pública. Essas implicações de ordem técnica podem e *devem ser equacionadas com a ampliação da oferta de cursos de capacitação, promovidos pelas instituições arquivísticas, para os recursos humanos responsáveis pela execução das atividades de gestão de documentos.*

7 Com base em dados disponíveis em:<www.arquivonacional.siga.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2013.

As atividades desempenhadas na gestão de documentos requerem alto grau de conhecimento técnico arquivístico e dos dispositivos legais vigentes. Assim, profissionais que lidam direta ou indiretamente com os serviços de arquivos necessitam de capacitação constante, como assinala Jardim (2003, p. 48) “[...] Por outro lado, a qualidade dos recursos humanos que atuam nos arquivos favorece ou compromete a implementação da legislação”. Destacamos que, no Brasil, a legislação que se encontra em implementação é a Lei n.º 12.527, de 2012.

Arquivos e serviços de arquivos

Schellenberg (2004, p. 41) assim definiu arquivos:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente.

Quanto à relação entre os arquivos e o Estado, Jardim (1999, p. 46, grifo do autor) afirma que “Se os arquivos configuram uma *escrita de Estado*, a Arquivologia é um *saber de Estado*”. Jardim (1999, p. 46, grifo do autor) complementa:

Aquilo que tem sido legitimado internacionalmente como Arquivologia permite-nos abordá-la como um *saber de Estado*. Resultado do Estado europeu do século XIX, a literatura da área aponta-nos para uma Arquivologia com forte caráter de saber do e para o Estado.

A despeito dos importantes serviços prestados pela Arquivologia ao Estado, ainda prevalece a falta de visibilidade dos trabalhadores nos serviços de arquivos, como já apontava Jardim (2006, p. 12):

Verticalizando essa percepção para o universo arquivístico, alguns obstáculos tendem a serem frequentes:

- o grau de reconhecimento da importância da informação arquivística e das instituições e serviços arquivísticos pelo Estado e a sociedade civil;
- a capacidade política e técnico-científica das instituições arquivísticas públicas identificarem e lograrem formular, executar e avaliar políticas públicas arquivísticas.

Em seu segundo item a assertiva de Jardim (2006, p. 12) também teria o viés de sinalizar para uma necessidade crescente de pesquisas científicas por parte das instituições arquivísticas. Nesse sentido, Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 55) afirma que um dos campos possíveis da pesquisa no campo da arquivística⁸ seria a gestão dos serviços de arquivos. Embora o termo **serviços de arquivos** (ou, como aparece em algumas citações, “serviços arquivísticos”) seja recorrente na literatura nacional e internacional, o mesmo carece de mais definições.⁹ Jardim (1999, p. 22, grifo do autor) é um dos autores que desenvolvem essa conceituação:

[...] *Os serviços arquivísticos governamentais* referem-se às unidades administrativas incumbidas de funções arquivísticas nos diversos órgãos da administração pública, no âmbito dos quais configuram-se como atividades-meio (ex.: o Serviço de Protocolo e Arquivos do Departamento de Administração do Ministério da Saúde).

Para esta pesquisa utilizaremos uma noção própria para serviço de arquivos, na qual se entende que serviços de arquivos são as unidades administrativas constitutivas de um órgão, entidade ou instituição, que não são necessariamente arquivos, mas que possuem conjuntos documentais produzidos e recebidos no decorrer de suas atividades-meio e que desenvolvem procedimentos arquivísticos que visam dar acesso à informação sob sua custódia, como conservá-la para fins de prova ou informação.

É importante destacar que, de acordo com esse entendimento, a gestão dos serviços de arquivo está contida na atividade de gestão de documentos.

Entendendo a gestão de documentos

Na literatura arquivística é possível encontrar diversas abordagens para a gestão de documentos, de acordo com as especificidades de cada país e suas respectivas perspectivas. Para esta pesquisa, optamos por iniciar com Cook (1982, p. 5, tradução nossa), que define gestão de documentos como:

[...] o setor da gestão administrativa geral relacionada com a aplicação de princípios de economia e eficácia referente à criação, a manutenção e o uso de documentos, bem como a sua eliminação. A gestão tem por objetivo manter a

8 De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia: “Arquivística: arquivística ver Arquivologia” (ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 25).

9 O verbete “arquivística” não foi localizado no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional (2005).

documentação exata e completa, de acordo com as políticas e procedimentos de uma organização. Visa controlar, aperfeiçoar e simplificar os documentos e os sistemas de documentação, além de observar a conservação e a utilização judicial dos documentos.

Moreno (2008, p. 73), ao traçar a trajetória histórica da gestão de documentos, apresenta a sua perspectiva a respeito:

Entende-se que a gestão de documentos ou documental é o trabalho de assegurar que a informação arquivística seja administrada com economia e eficácia; que seja recuperada, de forma ágil e eficaz, subsidiando as ações das organizações com decisões esclarecidas, rápidas, seguras, que permitam reduzir o fator de incertezas.

A Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, denominada Lei de Arquivos Brasileira, traz, no seu Art. 3º, uma definição que guarda bastante aproximação com a apresentada na década de 1980, por Cook (1982, p. 5):

Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (BRASIL, 1991)

No Brasil, a gestão de documentos é considerada uma função estratégica e se encontra contemplada como uma das competências do Arquivo Nacional, no Art. 18 da já referida Lei n.º 8.159, de 1991. A gestão de documentos é missão do Arquivo Nacional, de acordo com o Art. 1º de seu Regimento Interno.¹⁰

Moreno (2008, p. 76) afirma que a grande mola propulsora da gestão de documentos foi a adoção da Teoria das Três Idades, que ocorreu a partir da segunda metade do século XX. Essa Teoria preconiza que os documentos de arquivos produzidos ou recebidos pelos órgãos deveriam percorrer um trajeto em três etapas distintas e complementares entre si. Esse trajeto seria estabelecido por fases (corrente, intermediária e permanente), de acordo com a vigência e frequência de uso destes documentos.

De acordo com essa autora, a adoção dessa teoria revolucionou não só o uso dos arquivos, mas, principalmente, da Arquivologia, promovendo transformações de ordem conceitual e prática. Por meio desta, surge um modelo sistêmico de organização dos arquivos, no qual o

10 Portaria n.º 2.433, de 24 de outubro de 2011, publicada no DOU de 25 de outubro de 2011, Seção I, página 41.

documento passa a ser controlado desde a sua produção até a sua destinação final, que pode ser tanto a eliminação criteriosa ou a sua guarda permanente. A esse modelo a autora define como gestão de documentos ou gestão documental.

Capacitação, aperfeiçoamento e programa de capacitação

Torna-se necessário entender o significado dos termos capacitação, treinamento, reciclagem e aperfeiçoamento profissional, uma vez que no Decreto n.º 4.073, de 2003, não é encontrada diferenciação para o uso dos mesmos. Existe, ainda, certa confusão sobre a distinção entre capacitação e formação, e inexistente consenso, na literatura sobre a definição e a distinção destes termos, conforme Carvalho e colaboradores (2009).

Ainda de acordo com Carvalho e colaboradores (2009), a capacitação envolveria a aquisição de habilidades ou recursos operacionais necessários para a execução de uma ação que resulte em um desempenho específico. Nesse aspecto, ocorreria um processo de aprendizagem, que seria determinado com objetividade e, até determinado momento, controlado. Em contraponto a esse aspecto, Carvalho e colaboradores (2009, p. 3) afirmam que a formação seria vista, de uma forma geral,

[...] como um processo mais complexo, sujeito às imprevisibilidades que não excluem a aquisição de competência, mas que não se restringe a ela, porque envolve o desenvolvimento das pessoas como sujeitos reflexivos e criadores num espaço em que existem como seres humanos.

Portanto, os autores fariam uma associação desse processo com a realização de cursos mais longos, com mais densidade em termos de conteúdo. É importante destacar que, nesta pesquisa, entende-se como capacitação o conceito que engloba o treinamento em serviço, a reciclagem e o aperfeiçoamento profissional, conforme definição de Jardim (1998, grifo do autor),

[...] A *capacitação* objetiva dotar os seus beneficiários de um tipo mais concentrado de instrução para cumprir tarefas definidas, num contexto específico. Visa servir como ‘meio para se atingir um fim, ou seja, adquirir experiência em um tipo de trabalho e não constituir-se num fim em si mesmo’.

De acordo com a assertiva de Jardim (1998), podemos entender que o termo capacitação tem o mesmo significado do termo aperfeiçoamento. Aperfeiçoamento, por sua vez, visa o melhor desenvolvimento de atividades profissionais. Fonseca (1999, p. 6) ratifica esse entendimento, “Retomando a definição estabelecida no início desta comunicação, será considerada,

aqui, a capacitação no sentido de treinamento de funcionários de instituições arquivísticas, habilitando-os ao exercício correto de suas funções”. Portanto, entende-se a capacitação como um termo que engloba o treinamento, a reciclagem e o aperfeiçoamento profissional, visando à aquisição de competências e habilidades necessárias às atividades diárias desenvolvidas nos serviços de arquivos. Optamos por não abordar a formação nesta pesquisa.

No que se refere a um programa de capacitação em gestão de documentos, destacamos que o mesmo deve estar integrado a uma política pública de arquivos de Estado. Aspectos como planejamento, valores e objetivos necessitam estar claramente explicitados. De acordo com o *Project Management Institute* (2008) um programa é um “conjunto de projetos relacionados, gerenciados de maneira coordenada, para obter benefícios e controle que não seriam gerados pelos projetos individualmente”.

A interlocução entre a Arquivologia e a Educação a Distância

No que se refere à capacitação, a intensificação do relacionamento entre Arquivologia e a Educação, em específico, proporciona recursos que podem fomentar, ao profissional que lida com arquivos, a apreensão de múltiplas habilidades na sua área de atuação. Capacitado, o servidor ou empregado público repercute imediatamente em sua prática diária os conhecimentos adquiridos, conforme já apontado anteriormente. Nesse sentido, a EAD seria uma alternativa para suprir a lacuna referente à capacitação em gestão de documentos para os agentes públicos. Todavia, há de se destacar que a EAD é uma forma de aprender e ensinar completamente distinta do modelo presencial, como afirma Filatro. (2008, p. 13)

Quevedo e colaboradores (2006, p. 199) pontuam que a EAD tem adquirido importância, não apenas como forma de superar problemas pontuais, mas também como uma alternativa que atende às diversas demandas de públicos específicos. A EAD é uma modalidade educacional cujo *Design Didático* faz uso dos recursos proporcionados pelas TIC, segundo Campos, Roque e Amaral (2007). Uma de suas vantagens, em relação à educação presencial, é proporcionar ao seu aluno estudar na hora e local em que lhe for mais conveniente, sem a necessidade de deslocamentos físicos constantes até a sala de aula, conforme afirma Moran (2002).

Por sua vez, as atividades propostas na EAD podem ser síncronas (ocorrer ao mesmo tempo, com a participação dos demais alunos e respectivo professor *online* ou tutor) tais como salas de bate-papo (*chat*); e/ou assíncronas (ocorrem num período de tempo estabelecido, com os alunos e professores/tutores participando de acordo com a sua disponibilidade) tais como os fóruns, as atividades a serem elaboradas e as oficinas virtuais, dentre um imenso leque de possibilidades.

De acordo com Nunes (2009, p. 2), a primeira notícia registrada desse método de ensino foi o anúncio de aulas por correspondência, em março de 1728, na *Gazette de Boston*, Estados Unidos. A metodologia era o envio de lições semanais para os alunos inscritos em seus cursos. Daquela época para os dias atuais, a EAD passou por muitas transformações, fazendo largo uso das TIC disponíveis, de acordo com as respectivas épocas (por exemplo, o rádio foi muito utilizado, a televisão e o cinema, dentre outras tecnologias).

A partir da década de 2000 ocorreu um crescimento vertiginoso da EAD, alavancado pelo barateamento dos computadores pessoais, o surgimento da rede mundial de computadores, a *Internet*, e a popularização do acesso à mesma.

No Brasil, a EAD começou a ser utilizada oficialmente em 1904, com a instalação das Escolas Internacionais, que eram a filial de uma organização norte-americana, atuante até os dias atuais. (ALVES, 2009, p. 9) Todavia, existem registros de algumas ações isoladas,¹¹ como anúncios de cursos em jornais do Rio de Janeiro, pouco antes de 1900. Alves (2009, p. 9) afirma que no Brasil, em janeiro de 2008, existiam cerca de cento e setenta e cinco instituições credenciadas pelo governo federal para ministrar cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*,¹² além de pouco mais de cem que atuam no campo da educação básica.¹³

Gatti, Barreto e André (2011, p. 50) apontam que, entre as medidas do governo federal que foram direcionadas para a educação, uma das mais importantes pelas dimensões que assumiu foi a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Decreto n.º 5.800/2006, sob a responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância, ligada à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em parceria com a Secretaria de Educação a Distância do MEC. O objetivo da UAB foi o de promover a formação inicial e continuada de professores, utilizando metodologias de EAD. É importante destacar que a instituição do sistema UAB ocorreu logo após a promulgação do Decreto n.º 5.622/2005, que conferiu novo ordenamento legal à EAD, equiparando os cursos nessa modalidade aos cursos presenciais e estabelecendo a equivalência de diplomas e certificados na educação superior. A medida legal assenta-se no pressuposto de que a EAD constitui a iniciativa de maior alcance para enfrentar as novas demandas do número de egressos do ensino médio e de formação docente, estimada, em 2002, em oitocentos e setenta e cinco mil vagas no ensino superior. Roque (2004, p. 16, grifo nosso) afirma que:

11 Estudos realizados pelo IPEA com base em elementos disponíveis na época, dentre as quais constam edições de jornais editados (Jornal do Brasil, por exemplo) e (ALVES, 2009, p. 9).

12 Não existem mestrados ou doutorados a distância no Brasil. As instituições aguardam que a CAPES edite normas para esse fim. (ALVES, 2009, p. 13)

13 Os atos de permissão desses cursos são expedidos pelos sistemas de ensino dos estados e do Distrito Federal.

Esse contexto reforça a utilização da Educação a Distância (EAD) na formação continuada. A EAD é apontada por Soeltl (2004) *como uma forma de disseminar conhecimento, lapidar habilidades e reciclar informações de forma interativa e rápida*.

Nunes (2009, p. 3) ao realizar um breve histórico da história da EAD no mundo afirma que, na década de 2000, existiam mais de oitenta países, nos cinco continentes que haviam adotado a EAD em sistemas formais e não formais de ensino, o que lhes permitiu atender a milhões de estudantes. Esse mesmo autor destaca, ainda, que essa modalidade educacional tem sido largamente usada para treinamento e aperfeiçoamento de professores em serviço, como é o caso de países como o México, a Tanzânia, a Nigéria, Angola e Moçambique. A Europa, por seu turno, tem investido de maneira acelerada em educação a distância para o treinamento de pessoal na área financeira e demais áreas do setor de serviços. Segundo Nunes (2009), isso significa maior produtividade e redução de custos na ponta.

Considerações finais

As informações coletadas por meio da pesquisa ora em andamento têm ratificado o entendimento de que há carência relativa à capacitação em gestão de documentos no âmbito do SIGA, a despeito da criação de sete novos cursos superiores em Arquivologia por meio do REUNI. Com a abertura de concursos públicos para arquivistas e técnicos de arquivos e a criação de novos ministérios, a demanda por capacitação aumentou, conforme é possível verificar nas recomendações dos Encontros Técnicos do SIGA já realizados.

Outro aspecto a ser levado em consideração são as demandas que a Lei de Acesso a Informações têm apresentado aos serviços de arquivos dos órgãos e entidades integrantes do SIGA. Destacamos que cabe a esses órgãos e entidades e não só ao Arquivo Nacional, a responsabilidade pela promoção de cursos de capacitação aos seus agentes públicos. Um programa de capacitação em gestão de documentos, a ser implementado por meio da EAD pode se apresentar como uma alternativa estratégica para suprir essa demanda.

Referências

ALVES, J. R. M. A História da EAD no Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 9-13.

ARQUIVÍSTICA. In: ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro 2002. Regulamenta a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 jan. 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm>. Acesso em: 10 maio 2012.

BRASIL. Decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 dez. 2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4915.htm>. Acesso em: 10 maio 2012.

BRASIL. Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jul. 1978. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 10 maio 2012.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 10 maio 2012.

BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 10 maio 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria n. 3, 2.433, de 24 de outubro de 2011. Aprova o Regimento Interno do Arquivo Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 out. 2011b, Seção I, página 4.

CAMPOS, G. H. B.; ROQUE, G. O. B.; AMARAL, S. B. Design didático. In: CAMPOS, G. H. B.; ROQUE, G. O. B.; AMARAL, S. B. (Org.). *Dialética da educação a distância*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. p. 11-38.

CARVALHO, A. I. et al. *Escolas de governo e gestão por competências: mesa-redonda de Pesquisa-Ação*. Brasília, DF: ENAP, 2009.

COOK, M. *Directrices para la preparación de programas de estudios sobre la gestión de documentos y la administración de archivos modernos: un estudio del RAMP*. Paris: Unesco, 1982. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000527/052759so.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2012

COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. *A Formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Brasília, DF: Finatec, 1999.

CROCKETT, M.; FOSTER, J. *Formação do instrutor e seus recursos: uma introdução ao seu conteúdo e usos para arquivistas e gestores de arquivos*. Tradução de Luiz Cleber Gak, Igor Gak e Julia Belesse. [S.l.]: International Council of Archives, 2008. Disponível em: <<http://www.ica-sae.org/trainer/portuguese/trainerportuguese.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2013.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). *Diversidade e capacitação em escolas de governo: mesa-redonda de pesquisa-ação*. Brasília, DF, 2010.

FILATRO, A. *Design instrucional na prática*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

FLORES, D.; PEDRAZZI, F. K.; RODRIGUES, S. R. S. Impactos da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) e do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI) na formação de arquivistas no Brasil. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Mobile: Associação dos Arquivistas do estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 160-180.

FONSECA, M. O. K. *Formação e capacitação profissional e produção do conhecimento arquivístico*. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999, Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/formao_e_capacitao_profissional_e_a_produo.pdf>. Acesso em: 17 maio 2012.

GAK, L. C.; BELESSE, J.; GOMES, P. R. A Arquivologia e a educação a distância: reflexões sobre possível cenário. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Mobile: Associação dos Arquivistas do estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 269-283.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: UNESCO, 2011.

HERNÁNDEZ OLIVERA, L. et al. La construcción de la archivística: una aproximación a la investigación científica a través de las tesis doctorales. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Mobile, Associação dos Arquivistas do estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 34-65.

INDOLFO, A. C. *Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia*. *Arquivistica.net*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=155>>. Acesso em: 10 maio 2012.

INDOLFO, A. C. *O uso de normas arquivísticas no estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal*. 2008. 235 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008. Disponível em: <ibict.phlnet.com.br/anexos/anacelesteindolfo.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2013.

JARDIM, J. M. *A Universidade e o ensino da Arquivologia no País*. Niterói, 1998. Disponível em: <<http://www.voy.com/19210/3/152.html>>. Acesso em: 11 maio 2012.

JARDIM, J. M. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, E. (Org.). *Acesso à informação e políticas de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 37-45.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas; princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez. p. 5-16, 2006.

JARDIM, J. M. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1995.

JARDIM, J. M. *Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: EDUFF, 1999.

LOPEZ, A. P. A. A formação de arquivistas no Brasil: notas para um debate. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 181-196.

- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. *Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade*. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.
- MORAN, J. M. *O que é educação a distância*. [S.l.], 2002. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2013.
- MORENO, N. A. Gestão documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. In: BARTALO, L.; MORENO, N. A. (Org.). *Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas*. Londrina: EDUEL, 2008. p. 71-88.
- NUNES, I. B. A História da EAD no mundo. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 2-8.
- PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, INC. *A Guide to the project management body of knowledge*. 4.th. Newtown Square: Project Management Institute: Project Management Institute, 2008.
- QUEVEDO, A. et al. *Formação em serviço para EAD*. In: WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA, 12., 2006, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: WIE, 2006. p. 198-205. Disponível em: <<http://www.brie.org/pub/index.php/wie/article/view/892/878>>. Acesso em: 29 abr. 2013.
- ROQUE, G. O. B. *Uma proposta de um modelo de avaliação de aprendizagem por competências para cursos a distância baseados na web*. 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- ROUSSEAU, J. I.; COUTURE, C. *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998. (Nova enciclopédia, n. 56)
- RUSO, M.; FONSECA, M. V. A.; BARBALHO, C. R. S. *Formação em biblioteconomia a distância: a implantação do modelo no Brasil e as perspectivas para o mercado de trabalho do bibliotecário*. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 61-81, set./dez. 2012.
- SANTOS, V. B. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, V. B. (Org.); INNARELLI, H. C.; SOUZA, R. T. B. *Arquivística: temas contemporâneos*. Brasília, DF: SENAC, 2009. p. 175-223.
- SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Programa de capacitação dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Uberlândia*. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.proreh.ufu.br/capacitacao>>. Acesso em: 28 abr. 2013.



fapesb 

Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia